



Rosa dos Ventos  
ISSN: 2178-9061  
rrvucs@gmail.com  
Universidade de Caxias do Sul  
Brasil

## Turismo e Pandemia no Centro-Oeste do Brasil: Uma Análise Inicial das Ações de Enfretamento ao Covid-19

**BORGES, AYLANA LAISSA MEDEIROS; SILVA, RODRIGO CARDOSO DA; MELLO, GABRIELA ZAMIGNAN DE ANDRADE; WIESINIESKI, LÍVIA CRISTINA BARROS DA SILVA; SONAGLIO, KERLEI ENIELE**

Turismo e Pandemia no Centro-Oeste do Brasil: Uma Análise Inicial das Ações de Enfretamento ao Covid-19

Rosa dos Ventos, vol. 13, núm. 4, Esp., 2021

Universidade de Caxias do Sul, Brasil

**Disponível em:** <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473569974003>

**DOI:** <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i4p21>

## Turismo e Pandemia no Centro-Oeste do Brasil: Uma Análise Inicial das Ações de Enfretamento ao Covid-19

Tourism and Pandemics in the Brazil Center-West: An Initial Analysis of the Matching Actions to Covid-19

AYLANA LAISSA MEDEIROS BORGES

Universidade de Brasília, Brasil

aylanaborges@outlook.com

DOI: <https://doi.org/10.18226/21789061.v13i4p21>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473569974003>

RODRIGO CARDOSO DA SILVA

Instituto Federal de Brasília, Brasil

drigorc@hotmail.com

GABRIELA ZAMIGNAN DE ANDRADE MELLO

Universidade de Brasília, Brasil

gzamignan@gmail.com

LÍVIA CRISTINA BARROS DA SILVA WIESINIESKI

Universidade de Brasília, Brasil

liviabsw@gmail.com

KERLEI ENIELE SONAGLIO

Universidade de Brasília, Brasil

kerleisonaglio@gmail.com

Recepción: 11 Diciembre 2020

Aprobación: 28 Julio 2021

### RESUMO:

Este artigo discute acerca da Covid-19 e suas implicações na oferta dos serviços turísticos, na medida em que apresenta as ações de enfrentamento à pandemia, elaboradas e promovidas pelo Ministério do Turismo, pelos governos dos estados do Centro-Oeste do Brasil, e pelas associações de classe dos prestadores de serviços do turismo. O estudo tem caráter exploratório, tendo sido realizadas pesquisas bibliográfica e documental para fins de levantamento dos dados. Constatou-se a publicação de decretos e leis para regular/ orientar as relações de consumo e de trabalho durante a pandemia; houve a elaboração de cartilhas e manuais para direcionar as condutas de consumo e de trabalho; e, entre outras ações/ estratégias de enfrentamento da pandemia no País, ocorreu a promoção e estímulo à remarcação e ao não cancelamento dos serviços já adquiridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo, Pandemia, Ministério do Turismo, Covid-19, Centro-Oeste, Brasil.

### ABSTRACT:

This article discusses about Covid-19 and its implications for the provision of tourist services, as it presents the pandemic actions that have been developed and promoted by the Ministry of Tourism, the governments of the Midwest of Brazil, and the class associations of tourism service. The study is exploratory, and bibliographic and documentary research was carried out for collection purposes. Decrees and laws were published to regulate/guide consumer and labor relations during the pandemic; there was the preparation of booklets and manuals to direct the conducts of consumption and work and among other actions/strategies to cope with the pandemic in Brazil, promotion took place and encourages the rebooking and non-cancellation of the services already purchased.

**KEYWORDS:** Tourism, Pandemic, Ministry of Tourism, Covid-19, Mid-West, Brazil.

## INTRODUÇÃO

Na última década, o debate sobre o turismo tem desvelado a emergência de sua reconstrução conceitual e, especialmente, prática, dada a necessidade de cenários que oportunizem novas formas de gestão, planejamento e ocupação de postos de trabalho. De forma significativa, inclusive, já se discute sobre a essencialidade de especialização de mão de obra e qualificação dos postos de trabalho, mas ainda se precisa intensificar as reflexões sobre as fragilidades do sistema turístico frente a crises econômicas e sociais passíveis de serem vivenciadas em nível regional e/ou mundial. Nesse sentido, destaca-se a crise de saúde pública ocasionada pelo surgimento e descoberta do SARS-Cov-2 ou Coronavírus, vírus com rápida disseminação que atingiu o estágio de pandemia em pouco mais de três meses, após sua descoberta.

Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) publicou orientações para o tráfego internacional, visto o surto da Covid-19, passando a esclarecer sobre a intensificação de síndromes respiratórias agudas, cuidados e prevenção para redução de transmissão desse vírus. Passou-se a restringir o deslocamento e limitar a possibilidade de interações entre as pessoas, tornando-se inviável a realização de viagens, seja de lazer, trabalho ou visita a familiares.

Em 11 de março de 2020 (OMS, 2020), o surto do Covid-19 foi declarado como pandemia, e as Nações começaram a intensificar esforços para repatriar turistas, fechar fronteiras e promover o distanciamento social, visando controlar o contágio em massa e garantir tempo hábil para pesquisas científicas capazes de identificar tratamentos eficientes e a vacina, com acesso irrestrito a população mundial. Por consequência, os empreendimentos turísticos perderam a sua função essencial de comércio e passaram a buscar junto às instâncias de governança alternativas para se manter no mercado garantindo o emprego e renda para seus empregados/ colaboradores.

Diante desse cenário de instabilidades e incertezas do turismo brasileiro, dados os problemas da pandemia, propôs-se o projeto de pesquisa e extensão intitulado ‘Os prestadores de serviços turísticos do Centro-Oeste do Brasil no cenário da pandemia do Coronavírus (Covid-19)’, iniciado em maio de 2020 com o intuito de identificar os efeitos causados ao turismo, em especial, a prática dessa atividade no centro-oeste do país. Logo, este artigo apresenta o resultado preliminar do referido projeto e teve como objetivo geral discutir a relação pandemia e suas implicações na oferta dos serviços turísticos, ao passo que se verificou quais as ações realizadas por cada Estado do Centro-Oeste do Brasil, pelo Governo Federal e pelas associações de classe do setor, quanto ao enfrentamento da pandemia.

Tendo em vista a complexidade do turismo e a necessária articulação/colaboração de diferentes prestadores [agências de viagens, transportadoras turísticas, empresas organizadoras de eventos, meios de hospedagem, guias de turismo, restaurantes] para fazê-lo acontecer, ressalta-se que o estudo de fatores externos que inviabilizam a continuidade da oferta turística em um município, estado ou país precisa ser avaliado e discutido. Ressalta-se que em pesquisa realizada entre os meses de abril e junho de 2020, com trabalhadores do turismo durante a pandemia, constatou-se que nesses poucos meses aconteceram fechamento de empresas, aumento do desemprego, diminuição da renda dos trabalhadores, entre outros impactos (Lamas, Silva & Nascimento, 2020).

No entanto, é justo realçar que foi iniciada uma tentativa de retomada das atividades por parte de alguns prestadores de serviços, como o setor hoteleiro, os bares e restaurantes, o setor de eventos, vendas de pacotes de viagens, entre outros, mas já se identifica comportamentos desrespeitosos quanto as regras estabelecidas pela OMS, inviabilizando um possível retorno organizado e equilibrado (Bueno, 2020; Costa, 2020; TV Santa Cruz, 2020; Steil, 2020). Explica-se que mesmo com este retorno, ainda há atividades praticamente paralisadas, como os espetáculos musicais, grandes eventos, e shows, e tudo isso nos faz querer refletir sobre os aspectos positivos e/ou negativos dessa retomada.

## A PANDEMIA DO COVID-19 E OS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS

No dia 31 de dezembro de 2019, um novo agente do Coronavírus [Covid-19] foi descoberto na China. Tratava-se de um vírus com capacidade de disseminação rápida e contagiosa capaz de causar infecções respiratórias graves. Até o dia 25 de março de 2020, na China, foram identificados 81.285 mil casos da doença, e 3.287 mil mortos (Rastreador do Covid-19). De início, as descobertas foram de que a Covid-19 atingiria de forma mais agressiva ou letal grupos específicos como idosos acima dos 60 anos, pessoas com doenças crônicas cardiovasculares, diabetes ou problemas respiratórios, entre outros (Ministério da Saúde, 2020). Em razão de ser um vírus novo, embora já tivessem sido iniciados estudos e pesquisas, ainda não se dispunha de um tratamento específico, e a recuperação dos infectados tem acontecido de forma lenta e gradual, causando uma superlotação do sistema de saúde pública e privada.

Verificou-se também que, até o dia 25 de março de 2020, o vírus chegou a contaminar 529.614 mil pessoas pelo mundo inteiro, deste, 23.714 mil sendo casos fatais (Rastreador do Covid-19). Tendo em vista que o vírus é uma ameaça para uma parcela significativa da população mundial, os governos de cada país passaram a tomar medidas restritivas para diminuir a contaminação nos seus territórios e, assim, reduzir a mortalidade. No Brasil, entre 18 e 27 de janeiro de 2020, a Secretaria de Vigilância em Saúde recebeu a notificação de 10 casos para investigação de possível relação com a Infecção Humana pelo novo Coronavírus, entretanto, todos os casos foram descartados (Boletim Epidemiológico 1, 2020). Logo, o primeiro caso suspeito no Brasil foi notificado no dia 22 de janeiro de 2020 (Boletim Epidemiológico 3, 2020), mas apenas em 26 de janeiro, na cidade de São Paulo, o primeiro caso do Covid-19 foi confirmado no País: era um homem de 61 anos, retornando de viagem da Itália (Governo do Brasil, 2020).

Dáí em diante, especialmente a partir do mês de março de 2020, planos de contingência passaram a ser elaborados na tentativa de lidar com a possibilidade de o vírus adentrar ao Brasil por diferentes pontos do país. Começaram, então, os problemas em relação a diminuição das viagens, cancelamentos de voos, limitação na recepção de pessoas advindas de países específicos, isolamento social, fechamento de fronteiras, impedimentos sobre a oferta de serviços em geral, com exceção do comércio de alimentos, farmácias e hospitais. Em continuidade, nos 7 meses seguintes [março a setembro], o mundo passou a lidar com uma situação imprevista e atípica, dados os problemas causados pela pandemia. Quanto as medidas que foram surtindo efeitos para desafogar os sistemas de saúde público e privado, destaca-se: o isolamento social [medida preventiva para as pessoas que não se encontravam doentes, e para não se tornarem vetores de disseminação]; a quarentena [recomendados para pessoas doentes, ou possivelmente infectadas e sem sintomas]; a evitação de aglomerações de qualquer natureza.

É importante destacar que as medidas impediram a livre circulação, e em razão disso, a economia dos países passaram a sofrer quedas abruptas. A pandemia do novo Coronavírus [Covid-19] passou a ser vista como um dos problemas de saúde pública mais graves dos últimos 100 anos. A Organização Mundial de Saúde classificou a Covid-19 como uma pandemia no dia 11 de março de 2020, e nesta mesma data, o Governador do Distrito Federal do Brasil, através do Decreto 40.509, tomou medidas de enfrentamento, a saber, fechando escolas, cancelando eventos e exigindo normas sanitárias e de atendimento aos comércios.

Dando continuidade, as medidas foram se intensificando até o fechamento total do comércio, a diminuição da mobilidade e dos serviços não essenciais em todos os estados do País. Nesse ínterim, viu-se o turismo ser fortemente afetado por todas as medidas de prevenção ao Coronavírus. Os efeitos da pandemia no setor global de turismo se aceleraram rapidamente. O medo de ser afetado pelo vírus, bem como as ações via legislação dos governos dos países em virtude da necessidade de isolamento entre as pessoas, impactou sem dúvidas o setor de viagens e turismo, deixando cidades turísticas sem circulação, ocasionando baixa taxa de acomodação em meios de hospedagem, cancelamento de voos, e a impossibilidade na realização de atividades de entretenimento [eventos, por exemplo].

Todo esse cenário trouxe um grande transtorno para o turismo do País, sobretudo, por envolver inúmeras atividades do setor de serviços que precisam do deslocamento das pessoas para que possam existir. Agora, passando a discutir um pouco sobre o processo de retomada dos serviços, explica-se que assim como foram sendo publicados decretos em níveis federal, estadual e municipal no início da pandemia, seguiu-se com esse tipo de ação no processo de retomada. Ou seja, decretos reunindo orientações e condutas para a prevenção da Covid-19 passaram a ser divulgados. Saliente-se que cada estado e/ou município passou a liberar a comercialização de serviços não essenciais conforma os dados da Covid-19 de sua localidade.

Devido as medidas apresentadas e ao início aparente de uma estabilização e/ou diminuição dos casos de Covid-19, a partir do mês de junho de 2020 alguns países [Itália, EUA, Brasil e outros] começaram a flexibilizar, abrindo desde pontos das fronteiras até os serviços mais variados, como os serviços de restauração, hotelaria, eventos, outros, todos com suas devidas restrições e normativas. No início da pandemia as atividades turísticas apresentaram uma queda de 68,1% entre março e abril, e após a retomada houve um crescimento de 19,8% no mês de junho em comparação ao mês de maio. Nesse sentido, quem decidiu e/ou decidir por viajar ou usufruir de determinados serviços locais, passou a adotar em sua rotina o uso de máscaras e a manter uma distância mínima de dois metros entre as pessoas, além de usar do álcool em gel 70%. Para Campelo Junior, Gouveia e Tobler (2020), no Brasil, uma vez que as medidas de restrição à circulação vão sendo abrandadas, o foco deixa de ser a simples ‘permissão para operação’ e passa a ser a normalização da cadeia de produção ou o retorno da demanda por parte dos consumidores.

De outro modo, os prestadores de serviços passaram a elaborar protocolos de acordo com as especificidades de suas atividades para uma retomada o mais branda possível. Em relação ao turismo, o que tem se observou em 2020 foram os retornos dos voos; o incentivo às viagens, sobretudo nacionais, especialmente em feriados prolongados; reabertura de restaurantes; e estímulo a abertura da hotelaria e realização de eventos. Em síntese, é importante esclarecer que tais retornos baseavam-se em manuais, guias e cartilhas de orientação tanto para os turistas e viajantes quanto para os próprios estabelecimentos, materiais estes produzidos pelos governos federal e estadual, pelas associações de classe dos empreendimentos turísticos, e pelas próprias empresas de turismo. Entretanto, as consequências dessas retomadas na oferta de serviços, a realização de rotinas ‘normais’ ainda estavam por vir, tendo em vista, principalmente, que a pandemia permanecia, que novas ondas da doença continuavam a acontecer, e que mutações do vírus estão surgindo, isso tudo ocorrendo passados oito meses do início dos acontecimentos.

## ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA RETOMADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS TURÍSTICOS: BREVES APONTAMENTOS

Para compreender um pouco o papel das políticas públicas de turismo e o diálogo necessário entre esta e as demais políticas setoriais como as políticas social e econômica, observa-se a importância de abordar qual a representatividade destas ações no cotidiano dos sujeitos e das cidades. Entende-se por política a “atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a polis, isto é, o Estado” (Bobbio, 2000, p. 160). Assim, compreende-se a subjetividade presente na materialização do Estado e ao jogo político estabelecido pelas alianças lideradas e influenciadas, pela racionalidade atribuída aos atores que integram este grupo e direta ou indiretamente impõem suas crenças e comportamentos (March, 2009).

Se por um lado entendemos o papel da política na dinâmica social, cabe acrescentar ao debate elementos essenciais à construção do público, a partir de metodologias participativas, dos saberes democráticos e garantindo amplitude no atendimento à coletividade e permitindo o bem estar comum a partir da compreensão das particularidades de cada indivíduo sistematizando e representando seus interesses, assim como dos demais setores da sociedade. De tal modo, a política pública pode ser considerada como “aquilo que convém a todos, da mesma maneira, para sua dignidade (Toro, 2005, p. 29). Em síntese, a política pública é um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa

ação [variável independente] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [variável dependente]” (Souza, 2006, p. 26). Desta forma, assegura-se a democracia e os direitos individuais e coletivos, sejam estes contraditórios ou não.

Esta ação requerida ao governo pode ser visualizada, em pequena ou grande escala, no processo de tomada de decisões acerca dos problemas decorrentes da pandemia da Covid-19, pois passou-se a visualizar uma urgência por definir estratégias em conjunto, a partir da união e consenso por parte de ministérios, governos, entidades privadas, associações de classe, entre outros. Nesse sentido, o Governo Federal ao acatar as orientações propostas pela OMS, instituiu um Comitê de Crise para supervisão e monitoramento dos impactos da Covid-19 (Brasil, 2020), composto pelo Ministério do Turismo e outras 20 pastas, Bancos Central, bancos públicos e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cabe a este grupo, dentre outras atribuições, “articular, com os entes públicos e privados, ações de enfrentamento da Covid-19 e de seus impactos”.

Pensando o turismo, é pertinente esclarecer que no campo econômico a atuação do governo concentrou-se em garantir emprego e renda a partir de medidas compartilhadas pelo executivo, legislativo e judiciário. Estas visam a manutenção dos postos de trabalho a partir da redução de salários e suspensão ainda que temporária das atividades laborais. Sobre tais atuações, ações e suas intenções, estas serão apresentadas e discutidas a seguir, objetivando apresentar o cenário pontual e atípico vivido neste ano de 2020 em virtude da pandemia, ao passo que se pretende oferecer subsídios para posteriores discussões e propostas de prevenções para possíveis problemas futuros que sejam semelhantes ao atual.

## METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, elucida-se que inicialmente a identificação dos empreendimentos turísticos dos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal foi realizada por meio do Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no setor de Turismo [Cadastur], instituído pela lei 11.771 de 2008. Esta etapa da pesquisa começou no mês de maio e finalizou no mês de outubro de 2020, devido ao quantitativo de informações que foram levantadas, bem como em virtude do tamanho da amostra [três estados e o Distrito Federal]. Vale mencionar que este estudo é exploratório, focado nos empreendimentos que estão relacionado diretamente com a atividade turística e com cadastro no Cadastur. Para ampliar as informações acerca desses empreendimentos realizou-se também uma busca pelo CNPJ na Receita Federal como forma de complementar as informações.

Com os dados levantados a partir dessa etapa, elaborou-se para este estudo um quadro síntese com o quantitativo de empreendimentos turísticos [agências de viagens; bares e restaurantes; transportadoras turísticas; guias de turismo; organizadoras de eventos; outros] por estado. Em relação a elaboração dos demais quadros e identificação das ações realizadas pelos governos federal e estaduais, e associações de classe dos empreendimentos do turismo, as pesquisas bibliográfica e documental foram utilizadas. Em resumo, a partir dos dados levantados fez-se uma discussão acerca da atuação dos governos diante da necessidade de enfrentamento de uma pandemia que surgiu de forma repentina, marcando uma situação difícil, complexa e anormal para o Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de identificar o cenário das ações em relação ao enfrentamento da pandemia por parte do Ministério do Turismo e dos governos dos Estados do Centro-Oeste brasileiro [Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal], a seguir foram elaborados quadros com informações compiladas e relevantes acerca da atuação dos governos em resposta aos problemas surgidos devido ao Coronavírus.



Elaborou-se ainda um banco de dados com informações dos prestadores de serviços turísticos, dos referidos estados, coletadas do Cadastur e da receita federal, bem como foram feitas observações sobre a realidade dessa plataforma de registro das empresas turísticas. A ideia é que se tenha registradas as ações de enfrentamento para posteriores propostas de prevenção no setor de turismo.

Em março de 2020, a pandemia do Covid-19 já havia atingido mais ou menos 117 países, dentre eles o Brasil (Braun, 2020), e todas as pessoas identificadas com a doença, em um primeiro momento, estiveram em países/lugares com alta incidência do problema. Isso demonstra que as viagens estariam proporcionando uma disseminação rápida do vírus em todo o mundo, haja vista os deslocamentos realizados por interesses variados. Sabendo que o contato entre as pessoas e a aglomeração promovem um rápido contágio do Coronavírus, logo a atividade turística precisou ser interrompida em seus diferentes serviços (hotelaria, agências de viagens, companhias aéreas, setor de eventos, transportadoras turísticas, bares e restaurantes) tendo em vista uma de suas características principais ser a reunião de pessoas.

Nesse sentido, devido a ordem de fechamento de diversos setores da economia por parte dos governos federal, estadual e municipal, muitos foram os problemas enfrentados pelo turismo, a saber: cancelamento de voos nacionais e internacionais, fechamentos de fronteiras, cancelamentos/adiamento de eventos, demissões em massa, fechamento de empresas, sobretudo, do setor alimentício, hotéis sem hóspedes, entre outros (Diogo, 2020), como mencionado ao longo deste estudo. Frente às graves questões de saúde enfrentadas devido ao Covid-19, ainda se desenvolveram e/ou intensificaram, nesse período, problemas econômicos, em especial, no setor de turismo, o que fez com que as associações de classe da área passassem a cobrar do governo respostas efetivas para minimização das dificuldades. No Quadro 1, buscou-se, portanto, apresentar as ações e/ou tomadas de decisão por parte do Ministério do Turismo e/ou Governo Federal com vistas a auxiliar os empreendimentos turísticos a passar pela pandemia, se é que possível, de uma forma mais branda.

## QUADRO 1

### Ações do Mtur/Governo Federal para o enfrentamento da pandemia do Covid-19

Ações	Data da Publicação Ano 2020	Descrição/Finalidade
3ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional do Turismo	04/03	Discutir as ações do Governo Federal para o enfrentamento do Coronavírus no país. Confirmar os esforços do Mtur para que os impactos sobre o setor do turismo seja o mínimo possível.
Medida Provisória nº 963 de 7 de maio de 2020 foi convertida na Lei 14.051/20, de 8 de setembro de 2020	07/03	A medida provisória visou abrir o crédito extraordinário (R\$ 5 bilhões) para auxiliar empreendimentos turísticos, cadastrados no Cadastur, durante a crise. Financiamento de capital de giro emergencial; Financiamento para investimentos em capital fixo, tais como bens e equipamentos, obras civis para implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos turísticos, cujo objetivo é a adaptação para as novas exigências do mercado.
Decreto nº 10.277 de 16 de março de 2020	17/03	Institui o Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 - Ministério do Turismo compõe comatê. Grupo com 20 ministros e representantes de órgãos como Advocacia-Geral da União, Banco Central, Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal, para organizar ações governamentais de combate à disseminação do Coronavírus.
Repatriação	A partir de 19/03	Viagens organizadas e exclusivas - retorno de brasileiros que estavam em condição de turistas e residos em Portugal, Peru, México, República Dominicana, Argentina, Equador, Guatemala, Curaçao.
Nota Técnica elaborada pelos Ministérios do Turismo e Justiça	23/03	Unificar os entendimentos entre os órgãos de defesa do consumidor em relação a remarcações de serviços turísticos, para evitar medidas judiciais; as empresas ligadas ao turismo e com qualquer problema com consumidores deveriam se inscrever da Câmara de Conciliação Virtual, no site consumidor.gov.br, do Ministério da Justiça.
Lançamento de Cartilha "Coronavírus - informações sobre o setor de viagens - medidas do governo federal"	23/03	Iniciativas para minimizar impactos do novo Coronavírus no setor; A publicação enfatiza a importância do registro de empresas na plataforma www.consumidor.gov.br para mediação da relação entre consumidor e prestadores de serviço.
Apresenta o manual sobre o Coronavírus ao setor	26/03	A cartilha detalha de que forma operadores da área e consumidores devem agir quanto à remarcação de viagens e serviços turísticos, como pacotes, passagens aéreas, reservas de hotéis. As principais ações já realizadas pelo Ministério do Turismo, bem como pelo governo Federal, também foram listadas no manual.
Linha de crédito	27/03	Permitirá que pequenas e médias empresas queitem suas folhas de pagamento por dois meses durante a pandemia do Coronavírus; quem receber o empréstimo não poderá denaturar funcionários pelos dois meses e o dinheiro será depositado direto na conta do trabalhador, limitado a dois salários-mínimos.
Reunião com representantes da Caixa e BNDES	01/04	Facilitar e agilizar o acesso de linhas de crédito para pequenos e médios empresários do trade turístico e de segmentos da cultura.
Medida Provisória nº 956 de 1 de abril de 2020 convertida na Lei nº 14.020 de 06 de julho de 2020	01/04	Programa emergencial de manutenção do emprego e da renda; as empresas puderam flexibilizar, por três meses, os salários e jornadas de trabalho de seus colaboradores. Em contrapartida, o trabalhador receberá uma parcela do seguro-desemprego proporcional ao valor pago pela empresa.
Portaria Interministerial nº 154 de março de 2020	01/04	Contempla gestores públicos do Turismo e entidades privadas sem fins lucrativos, busca auxiliar responsáveis por trabalhos em estados e municípios durante o período de calamidade pública em função da pandemia do novo Coronavírus.
Medida Provisória nº 944 de 3 de abril de 2020 convertida em Lei nº 14.043 de 19 de agosto de 2020	03/04	Institui o programa emergencial de suporte a empregos; A emenda visa a ampliar o público-alvo da medida provisória para incluir as empresas de alto crescimento, com receita bruta anual entre R\$ 1,0 milhão e R\$ 100 milhões, entre as destinatárias da política de crédito emergencial para financiamento da folha de salários.
Campanha "não cancele, remarque"	07/04	Orientar os turistas quanto a importância de não cancelar as viagens e pacotes turísticos devido ao Coronavírus. Estimular o adiamento dos serviços por parte dos consumidores ao invés do cancelamento.
Linhas de Crédito da instituição financeira Banco do Brasil	07/04	Inclusão das empresas do trade turístico nas linhas de crédito dessa instituição financeira, objetivo de dar mais alternativas aos empresários do setor turístico para garantirem seu fluxo de caixa e manterem os empregos.
Medida Provisória 948 de 08 de abril de 2020 foi convertida em Lei nº 14.046 de 24 de agosto de 2020	08/04	Trata do cancelamento de serviços, reservas e eventos; Auxiliar os segmentos turísticos e culturais nesse período de crise. O objetivo da lei é garantir o direito dos consumidores e a sobrevivência dos setores, fortemente afetados pela pandemia.
Portaria do Ministério do Turismo nº 181/20 de 15 de maio de 2020	15/04	Suspende temporariamente a obrigatoriedade do pagamento de parcelas de débitos referentes a convênios firmados junto à Pasta, nova orientação do governo federal quanto à contagem de prazos para o desenvolvimento de projetos com recursos da União em meio à pandemia.
Disponibilizado espaço no portal do Mtur para divulgar as ações institucionais das Unidades Federativas (U)	15/04	Os interlocutores do PRT interessados em incluir as práticas no site do Mtur devem encontrar um e-mail para regionalizacao@turismo.gov.br.
Selo do Turismo Responsável	03/07	Ministério do Turismo publicou os protocolos sanitários recomendados para 15 segmentos turísticos que fazem parte do Cadastur.
Lei 14.034 de 5 de agosto de 2020	05/08	Prevê medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia do Covid-19.
Lançamento do Guia do Viajante Responsável com recomendações de prevenção contra a Covid-19	21/09	Informar os turistas sobre como fazer uma viagem segura em tempos de pandemia; O documento instrui os viajantes sobre a importância de planejar a viagem e incluir, preferencialmente, estabelecimentos que tenham o Selo Turismo Responsável, do Ministério do Turismo.
Plano Nacional de Retomada do Turismo	10/11	Aliança nacional que reúne o poder público, iniciativa privada, terceiro setor e sistema S, coordenado pelo ministério do turismo, a fim de mitigar os efeitos negativos causados em decorrência do Covid-19. <a href="https://retomada.turismo.gov.br">https://retomada.turismo.gov.br</a>



Sistematização dos autores a partir do Ministério do Turismo (2020).

Durante os 7 primeiros meses de enfrentamento da pandemia, o Governo Federal, visando atenuar os problemas causados pelo Covid-19 à sociedade brasileira, em específico ao setor empresarial, tratou de publicar 4 medidas provisórias, ou seja, foram lançadas normativas em caráter de urgência, uma vez que pela situação delicada do País não seria possível aguardar o processo legislativo comum. Após a adoção, as medidas provisórias foram convertidas em leis. Antes disso, o MTur realizou uma reunião para discutir os problemas causados pela Covid-19 e identificar as medidas que poderiam ser tomadas, dando início, então, as ações de repatriação. Tanto os brasileiros foram resgatados de diferentes países [Argentina, Peru, Portugal, México, Guatemala, e outros], como turistas estrangeiros que estavam no Brasil foram reconduzidos a seus países de origem.

Sobre as medidas provisórias nº 963, nº 936, nº 944 e nº 948, em resumo, estas trataram de abrir créditos para auxiliar os empreendimentos turísticos prejudicados com a pandemia; propôs-se um programa emergencial de manutenção de emprego, permitindo que jornadas de trabalho e salários fossem diminuídos, a fim de evitar a falência das empresas e demissões em massa; buscou-se orientar as relações entre empresa e consumidores quanto aos cancelamentos dos serviços; e instituiu-se um programa emergencial para suporte a empresas em alto crescimento. Em adição, cita-se que uma das leis propostas teve como objetivo orientar as ações da aviação civil brasileira, dados os inúmeros cancelamentos de voos.

Dentre os decretos publicados pelo poder executivo, um deles visou a criação de um comitê de supervisão e monitoramento dos impactos do Covid-19, sendo composto por diferentes ministérios, dentre eles o de Turismo, bem como por instituições financeiras. Com as instituições financeiras [Caixa Econômica, Banco do Brasil, BNDS] foram realizadas reuniões com o intuito de conseguir linhas de crédito para os prestadores de serviços turísticos, na tentativa de que esses empregadores conseguissem garantir os fluxos de caixa e os empregos. Para fins de orientação dos prestadores de serviços e turistas com relação a pandemia, o MTur produziu cartilhas, manuais e guias a partir das orientações dadas pela Organização Mundial da Saúde e considerando as especificidades do setor, bem como promoveu uma campanha de incentivo para o não cancelamento e sim a remarcação dos serviços turísticos. Houve a orientação para que as empresas turísticas se cadastrassem no site consumidor.gov, do ministério da justiça, a fim de que os tratos com relação a cancelamentos fossem resolvidos a partir de acordos firmados entre as partes.

Mais uma vez se observou uma preocupação do governo com os problemas que poderiam ser gerados devido as relações de consumo, e notou-se uma busca pela evitação de processos judiciais. Mesmo diante das medidas e ações propostas e realizadas, e da possibilidade de melhoramento de algumas condições dos empreendimentos, a pandemia se estendeu a um prazo que continuou atingindo e prejudicando a oferta dos serviços turísticos. Frente a isso, o governo na tentativa de uma retomada, mesmo ainda em meio a pandemia, começou um processo de flexibilização, abertura e oferta dos serviços. Para isso, foi proposto um selo de responsabilidade para as empresas do turismo, baseado em diretrizes para o combate ao Coronavírus com pontos específicos para cada categoria de serviços [hospedagem, eventos, restaurantes, agências de viagens, entre outros]. Em acréscimo, as associações de classe dos prestadores de serviços turísticos, com destaque para as Agências de Viagens, Bares e Restaurantes, Eventos e Hotéis, também realizaram ações paralelas [Quadro 2].

QUADRO 2  
Medidas adotadas pelas associações de classe do turismo contra a pandemia

ENTIDADES	AÇÕES
Associação Brasileira das Agências de Viagens [ABAV][ii]	<ul style="list-style-type: none"> <li>· A ABAV buscou <i>contatos diretos nas instituições financeiras</i> e promoveu pesquisa com suas agências de viagens associadas interessadas na obtenção dos recursos;</li> <li>· ABAV lançou um <i>Guia Prático</i> "Entenda o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda";</li> <li>· Realizada <i>pesquisa, parceria Sebrae e ABAV</i>, para identificar a adaptação dos empreendimentos acerca da retomada;</li> <li>· Lançamento de <i>E-book</i>[iii] que reúne as ações de enfrentamento da crise do Coronavírus conduzidas pela entidade;</li> <li>· Mobilização pela <i>campanha</i> "Adial" Abav e @vertebratta[iv] (empresa de marketing) criaram uma campanha de todos e para todos que dependem que consumidores adiem seus planos de viagem;</li> <li>· A ABAV uniu-se a empresários e principais entidades do trade no lançamento do "<i>Movimento Supera Turismo</i>", criado com o objetivo de estimular a retomada do setor no Brasil[v];</li> <li>· <i>Feira virtual de Turismo</i> - Abav Collab - objetivo de alavancar a retomada do setor, com sustentabilidade e múltiplas oportunidades de negócios.</li> <li>· A ABAV Nacional promoveu uma <i>Black Friday de Viagens</i> dentro da plataforma do evento virtual para apresentar a oferta após seis (março/agosto) meses de desaquecimento causado pela crise da Covid-19.</li> </ul>
Associação Brasileira de Bares e Restaurantes [ABRASEL][vi]	<ul style="list-style-type: none"> <li>· <i>Pesquisa</i> nacional de crise realizada pela Abrasel;</li> <li>· Elaborada <i>Cartilha Boas Práticas</i> na manipulação de alimentos;</li> <li>· Elaboradas <i>Cartilhas</i>[vii] e ofertados cursos e outros materiais de apoio a retomada do setor;</li> <li>· Propostas de <i>sinalizações para bares e restaurantes</i> [viii] - boas práticas para prevenção da Covid-19;</li> <li>· Sebrae e Abrasel desenvolveram o <i>projeto gastronomia digital</i> - cursos online e gratuitos para quem trabalha ou pretende trabalhar no setor;</li> <li>· Informações sobre o apoio aos empreendimentos, disponíveis em uma rede de acesso gratuito[ix];</li> <li>· Realizada a <i>4ª edição do concurso</i> "O Quilo é Nosso", 20 a 30 de outubro de 2020, o evento teve a função de valorizar o segmento na retomada das atividades e mostrar como os restaurantes estão preparados para atender de forma segura neste modelo de serviço.</li> </ul>
Associação Brasileira de Empresas de Eventos [ABEOC][x]	<ul style="list-style-type: none"> <li>· ABEOC Brasil passou os primeiros meses de pandemia <i>reivindicando medidas emergenciais</i> que socorressem empresas e trabalhadores em meio ao lockdown imposto ao setor;</li> <li>· <i>Campanhas</i> foram realizadas com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para o retorno dos eventos - foram aderidas hashtag #estamosprontosparavoltar #euvidodeeventos;</li> <li>· Lançamento de um <i>E-book</i> (título: "Orientações para retomada segura das atividades: turismo de negócios e eventos") com orientações para os empresários de eventos e turismo de negócios, para a retomada segura das suas atividades no novo contexto da pandemia do Coronavírus - parceria entre SEBRAE, ABEOC Brasil e a União Brasileira dos Promotores de Feiras - UBRAFE;</li> <li>· A ABEOC Brasil e a UBRAFE - <i>elaboraram documento</i> contendo protocolos sanitários e sociais para prevenção no período pós-pandemia (título: "Mercado de eventos no Brasil: covid-19 - atividades pós-pandemia").</li> <li>· Realizada pesquisa sobre os impactos do Coronavírus no setor de turismo de negócios e eventos - parceria entre o Sebrae, a ABEOC, o UBRAFE.</li> <li>· A ABEOC Brasil listou medidas econômicas emergenciais para o setor, e solicitaram tais medidas ao governo para o setor.</li> </ul>
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis [ABIH][xi]	<ul style="list-style-type: none"> <li>· A ABIH Nacional realizou um <i>levantamento</i>, entre os dias 10 e 16 de junho, e reuniu informações sobre a <i>situação da hotelaria</i> independente em todas as regiões do Brasil;</li> <li>· <i>Lista de medidas</i> simples para os meios de hospedagem associados de cada ABIH pelo país.</li> </ul>

Sistematização dos autores a partir de sites oficiais das associações de classe (2020).

Estão entre as ações da ABAV a procura direta por instituições financeiras em busca de créditos e apoio para esse tipo de empreendimento turístico; a elaboração de cartilhas/orientações para o setor sobre como lidar com a pandemia; realizou-se campanha para estimular o adiamento dos serviços contratados pelos consumidores; bem como pesquisas foram realizadas com a finalidade de identificar a situação das agências frente a pandemia. Das ações, destaca-se, um evento virtual [Abav Collab] promovido com o objetivo de comercializar os serviços de viagens para o pós-pandemia, um pós-pandemia que ainda não se sabe quando de fato ocorrerá. De modo geral, a associação atuou na disseminação de informações tanto das medidas do poder público, como das cartilhas sobre procedimento técnico que orienta quanto a recepção de hóspedes. As iniciativas de pesquisas se resumiram a adaptações que os empreendimentos poderiam fazer, ou seja, protocolos de segurança.

A ABRASEL realizou pesquisa no setor para fins de verificar a situação dos bares e restaurantes; elaborou e disponibilizou cartilhas de orientação, assim como propôs modelos de sinalização do ambiente de trabalho sobre como evitar o Coronavírus. Esta associação desenvolveu um projeto de gastronomia digital, com cursos de qualificação para os que fazem o setor, e realizou um evento (curso) virtual para valorização deste tipo de serviço. O adicional feito pela ABRASEL foi o investimento em curso de capacitação para o empresariado e para os funcionários do setor.

Quanto a ABEOC, foram feitas reivindicações do setor para o governo federal; realizadas campanhas para chamar a atenção dos governos quanto as dificuldades enfrentadas pelos organizadores de eventos; foram elaborados e-books e documentos de orientações sobre como enfrentar o Coronavírus; e realizou-se pesquisa para verificar os impactos da pandemia no setor de eventos e negócios. Em se tratando da ABIH identificou-se duas ações, um levantamento dos impactos sofridos pelos hotéis do país, e uma lista de medidas preventivas contra o Coronavírus. É pertinente reforçar que os decretos relativos à prorrogação do prazo para execução de serviços atendeu uma parte do setor de eventos, porém as iniciativas de créditos e ajuda financeira não atentou-se para a diversidade desse setor, pois deixou de atender as empresas que só trabalham com eventos sociais, esta por sua vez são uma parte considerável do setor de micro e pequenas empresas. Por esse motivo a ABEOC parece ter sido uma das associações que buscou mediar um diálogo maior com o poder público.

Em síntese, destacam-se como medidas de enfrentamento da pandemia por parte das associações de classe, a realização de pesquisas para reconhecimento dos problemas que atingiram a cada setor em específico; elaboração de cartilhas, guias e manuais de orientação para os setores sobre como lidarem com a pandemia; bem como os recursos tecnológicos [Internet] foram utilizados com fins de manter uma mínima parte dos serviços dessas empresas em andamento. Para os empreendimentos turísticos a pandemia passou a ser um momento de reinvenção e muita criatividade na prestação dos serviços. De modo complementar, o Quadro 3 ilustra as ações e atitudes tomadas pelos governos dos estados do Centro-Oeste brasileiro.

**QUADRO 3**  
Ações de enfrentamento a pandemia propostas pelos estados

ESTADO	AÇÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA
Goiás[xiii]	<ul style="list-style-type: none"> <li>· <i>Abertura de crédito</i> emergencial e condições excepcionais no fornecimento de água e energia elétrica; · <i>Decretos e notas técnicas para informar a população</i> sobre cada passo dado para impedir a proliferação da transmissão da Covid-19 no Estado, como a suspensão de aulas, o fechamento de comércios e a recomendação para que pessoas evitem sair de casa;</li> <li>· Liberação de R\$ 500 milhões para empresas de pequeno e médio porte; · Solicitou-se a Companhia de Saneamento do Goiás – SANEAGO que não fossem feitos cortes de água;</li> <li>· Solicitou-se as empresas de internet estenderem os prazos de pagamento das faturas; · Solicitou-se a Enel evitação de cortes de energia; · Disponibilização de R\$ 15 milhões em <i>linhas de crédito específicas</i> para o trade – <i>turismo</i> – liberação dos recursos para capital de giro de bares, restaurantes, organizadores de eventos e meios de hospedagens;</li> <li>· Lançamento de um hotsite para informar a população com conteúdo e baseado em orientações do Ministério da Saúde;</li> <li>· Abertura do Hospital de Campanha para Enfrentamento ao Coronavírus (HCamp); · Criação de um comitê permanente para atuar no enfrentamento à Covid-19 nos municípios turísticos goianos, diante dos feriados prolongados.</li> </ul>
Distrito Federal[xiii]	<ul style="list-style-type: none"> <li>· <i>Decretou</i> as primeiras medidas de enfrentamento à pandemia, incluindo suspensão das aulas em escolas e universidades e limitação de aglomeração de pessoas em diversos tipos de situação; · <i>Recomendação ou determinação</i> do isolamento e do distanciamento social; ampliação da capacidade de atendimento dos serviços de saúde; e ações de saúde pública mais clássicas para enfrentamento a epidemias, como mapeamento e vigilância dos casos suspeitos e confirmados. · <i>Fechamento do comércio, o fechamento de bares e restaurantes</i>, a restrição de funcionamento das agências bancárias, a proibição de aglomerações de qualquer natureza, entre outras.</li> </ul>
Mato Grosso	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Governo do Estado distribui 300 mil litros de álcool 70%;</li> <li>· Governo de Mato Grosso beneficia mais de 55 mil famílias com kit de alimentação escolar; · Governo e Senai fazem parceria para produção de 5 milhões de máscaras; · Corpo de Bombeiros distribuiu 2.300 máscaras nas ruas de Cuiabá;</li> <li>· Disponibilizadas <i>linhas de crédito emergenciais para setor do turismo</i>, como forma de enfrentamento aos impactos financeiros ocasionados pela pandemia da COVID-19;</li> <li>· Governo de MT tratou de distribuir 5 milhões de máscaras para hospitais estaduais e municipais; · Governo lançou <i>campanha</i> “Eu cuido de você, você cuida de mim”.</li> </ul>
Mato Grosso do Sul	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Estado anuncia ações para minimizar impactos do Coronavírus no turismo; · Turismo de MS e Procon assinam <i>termo de cooperação</i> para acordos durante pandemia;</li> <li>· <i>Cursos profissionalizantes</i> são opção para se manter atualizado sem sair de casa; · Conselho do FCO aprova R\$ 95 milhões em novos empreendimentos para MS; · Com 60 mil cestas alimentares, Governo do Estado vai atender famílias nos 79 municípios de MS; · <i>Emissão de Boletins</i> atualizados diariamente a respeito da evolução do COVID-19 em MS;</li> <li>· Observatur MS lança <i>pesquisa</i> para levantar impactos da pandemia no setor e nortear ações para o turismo.</li> </ul>

sites oficiais dos governos e do Ministério do Turismo (2020).

Dentre as ações desenvolvidas pelos estados, cita-se que o governo do Goiás passou a baixar decretos e notas técnicas para o fechamento das escolas, do comércio, a fim de fazer com que as pessoas permanecessem

em casa, evitando assim aglomerações. Primeiramente apenas comércios essenciais foram mantidos abertos, como farmácias e supermercados. Buscou-se formas de oferecer condições especiais para a manutenção da energia elétrica, água e internet, tanto para a população local quanto para as empresas turísticas. Linhas de créditos específicas para o setor de turismo do estado foram abertas, bem como um comitê foi criado para discutir sobre a reabertura dos destinos turísticos para os visitantes.

O governo do Distrito Federal fez a publicação de decretos para o fechamento de escolas e universidades, do comércio. Procurou-se ampliar a capacidade de atendimento dos hospitais, foram feitas distribuições de máscaras, bem como exames para identificação do Coronavírus passaram a ser realizados. Em se tratando do estado do Mato Grosso, foram realizadas ações de distribuições de álcool em gel 70%, de máscaras, assim como uma campanha de sensibilização para o enfrentamento do Covid-19 foi proposta. Linhas de crédito para as empresas do turismo passaram a ser oferecidas.

Por fim, as ações do Mato Grosso do Sul foram voltadas para cuidar das relações de consumo; passaram a ser publicados boletins diários sobre os problemas da pandemia no estado; cursos profissionalizantes passaram a ser ofertados; e uma pesquisa para identificação dos impactos do covid-19 no setor de turismo local foi realizada. Em síntese, cada estado propôs ações específicas, mas tiveram medidas em comuns, e dentre elas esteve o olhar para as limitações da oferta e prática do turismo.

Ao tratar do turismo, é importante esclarecer que apenas os prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur puderam aderir aos benefícios propostos pelo governo. Em virtude disso, a seguir, discute-se como os dados das empresas de turismo estão dispostas nesta plataforma. Como resultado inicial, gerado a partir da elaboração de um banco de dados mais consistente, com informações [tipo de empresa, porte da empresa, nome fantasia, município, validade da atividade, consulta do CNPJ, telefone, e-mail, site, facebook, instagram] sobre os prestadores turísticos, deparou-se com uma problemática em relação aos dados disponibilizados no Cadastur, na verdade, tanto em termos de ausência de informações relevantes sobre os prestadores de serviços cadastrados, como a falta de atualização dos dados. Tais constatações apresentaram-nos um questionamento sobre a efetividade do Cadastur e vantagem oferecida aos prestadores turísticos quanto a sua obrigatoriedade de cadastramento nessa plataforma.

O site da Receita Federal também foi utilizado como forma de buscar informações complementares quanto ao tipo da empresa, e-mail do estabelecimento, telefone, entre outros. Verificou-se que há desencontros nos dados apresentados nas duas plataformas [Cadastur e Receita Federal] ao serem comparados, pois um mesmo empreendimento apresenta informações divergentes quando as plataformas disponibilizam praticamente os mesmos itens de dados. Além do mais, os dados disponibilizados na receita federal apresentaram-se mais completos, coesos e atualizados, o que nos fez questionar sobre os objetivos do Cadastur para fins de desenvolvimento e facilitação do turismo no tocante aos direitos e deveres dos prestadores cadastrados.

Em pesquisa complementar, buscou-se por informações das mídias sociais, como Facebook, Site, Instagram das empresas cadastradas, uma vez que essas são ferramentas que auxiliam os turistas na hora de organizar e decidir sobre suas viagens. Observou-se que o Cadastur não apresenta as informações úteis para um contato do turista com empresas e conhecimento dos serviços prestados por seus cadastrados, haja vista que em sua maioria não apresentam site, e-mail e nem contato telefônico. Em adição, quanto aos resultados encontrados até o momento da pesquisa, tem-se a seguinte Tabela 1, resumo quanto ao quantitativo de estabelecimentos cadastrados no Cadastur:



**TABELA 1**  
Prestadores de serviços turísticos no Cadastur até 2020

Prestadores de serviços turísticos/estados	Goiás	Distrito Federal	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul	Total por atividade
Agências de viagens	787	641	438	380	2246
Bares e restaurantes	905	100	351	121	1477
Transportadoras turísticas	579	280	274	185	1318
Guias de turismo	182	305	316	267	1070
Organizadoras de eventos	312	258	88	80	738
Prestador de infraestrutura para eventos	177	97	71	43	388
Prestador especializado em segmentos turísticos	181	83	58	65	387
Locadora de veículos para turistas	58	42	53	78	231
Casa de espetáculo e equipamentos de animação	33	6	6	2	47
Empreendimentos de apoio ao turismo náutico	3	5	5	4	17
Centro de convenções	7	8	1	1	17
<b>Total</b>	<b>3224</b>	<b>1825</b>	<b>1661</b>	<b>1226</b>	<b>-</b>

Sistematização dos autores, a partir dos dados da pesquisa (2020).

O Estado de Goiás e o Distrito Federal tem destaque no Centro-Oeste como os maiores aglomerados de empresas de turismo nessa região, seguidos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Percebe-se que o destaque na região Centro-Oeste em termos quantitativos vai para as Agências de Viagens, Bares e Restaurantes, Transportadores Turísticos, Guias de Turismo e Organizadoras de Eventos. Certamente a pandemia atingiu esses empreendimentos de maneiras diferentes e alguns ainda não conseguiram retornar suas atividades. Se considerarmos os guias de turismo, organizadores de eventos e prestadores de serviços de infraestrutura para eventos foram algumas das categorias que até os dias atuais, com mais de 7 meses após o início da pandemia, não conseguiram retornar as suas atividades de forma significativa. Pouco se sabe ou se pesquisou como esses profissionais poderiam retornar suas atividades, não foram identificadas ações ou articulações sobre essa categoria de trabalhadores, que faz parte da cadeia produtiva do turismo.

Sobre a coleta dos dados e a plataforma utilizada, salienta-se que o Cadastur é uma base de dados gerida pelo Ministério do Turismo, na qual são obrigados a se cadastrar todos os empreendimentos e serviços considerados turísticos, o que torna a plataforma até então o ambiente mais adequado para identificação do quantitativo e quais prestadores turísticos nós estamos lidando. Em contrapartida, existem problemas quanto a este ambiente que precisam ser discutidos, dentre eles, objetivo, benefícios efetivos, atualização, obrigatoriedade para determinadas informações, além de outros. Em síntese, nesta pesquisa pode-se reconhecer que a base de dados da receita federal oferece informações mais detalhadas sobre os empreendimentos, fragilizando o Cadastur e até suscitando qual seria o motivo de manter uma base de dados com menos informações do que a receita. Talvez o caminho seja pensar uma união desse banco de dados já existente com ampliação das informações e não o contrário.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a coleta das informações será possível estudar os prestadores de serviço cadastrados na região Centro-Oeste do país, mostrando os quantitativos de empresas e empreendimentos da área de turismo. Foi possível também evidenciar de modo geral uma perspectiva sobre as ações do Governo Federal [MTur], os governos estaduais e das associações de classe realizaram em prol do enfrentamento da pandemia do Covid-19. Ao executar a pesquisa, nos parece que o Cadastur é um ambiente com algumas deficiências e ineficiente quando se trata de uma base de dados que pode orientar o planejamento, ampliação ou reorganização de políticas públicas de turismo, por alguns motivos: (1) Baixa adesão das empresas e empreendimentos ligados ao turismo; (2) Apesar do cadastro ter a força da Lei Geral do Turismo e a fiscalização do MTur, os números se mantem ainda baixos, e quase irrisórios; (3) Outro ponto que talvez desfavoreça o Cadastur é a falta de clareza quanto as vantagens de se estar cadastrado junto ao MTur.

A pandemia deixou mais evidente a fragilidade institucional do MTur no que se refere a pesquisas e sistematização de informações acerca do turismo no Brasil; essa fragilidade não se concentra em apenas informações de empreendimentos, mas se amplia para pesquisa do turismo regional, uma vez que não uma regularidade nesse tipo de ação. O Centro-Oeste apesar de ter uma das maiores reservas de patrimônio natural do País, com destinos reconhecidamente internacionalmente como o Pantanal, não obteve nas últimas duas décadas programas públicos com investimento direto para conservação e comercialização de destinos nessa região do País. Acredita-se que esses números apresentados pelo Cadastur não se aproximam da realidade dos empreendimentos que fazem parte do mercado turístico da região. Quando comparados os dois bancos de dados, Cadastur e Receita Federal, percebe-se que o segundo banco possui um detalhamento de informações com possibilidade de análise sobre o funcionamento e área de atuação. Nesse sentido, questiona-se o motivo de o Cadastur não disponibilizar informações mais específicas e detalhadas sobre a atividade turística no Brasil, visto que os dados da receita poderiam ter uma complementação quando as empresas aderissem ao Cadastur.

Em relação as ações desenvolvidas pelo Mtur para enfrentamento da pandemia, acredita-se que falta empenho do órgão sobre ações estratégicas para alavancar o setor, principalmente no que tange a pesquisa e planejamento estratégico, observando, por exemplo, a demanda reprimida por viagens e a possibilidade de reverter essa demanda em turismo regional, que pode ser melhor adaptado para as condições sanitárias que a pandemia exige. Os estados do Centro-Oeste, com exceção de Goiás em termos de disponibilização de recursos ou linhas de créditos, não demonstraram articulação para ações políticas para tratar os efeitos da pandemia em seus territórios. Ressalta-se que o artigo tem algumas limitações devido à dificuldade de reunir informações acerca das ações definidas sobre a pandemia, e nesse quesito pode haver outras ações que não foram capturadas pelo levantamento. Outro ponto que fragiliza o estudo é a pouca informação sistematizada pelos estados. Em resumo, as secretarias estaduais são muito frágeis no quesito pesquisa e sistematização de informações, dificultando as análises regionais ou estudos considerando uma série histórica a longo prazo.

## REFERÊNCIAS

- Beni, M. C. (2020). Com a palavra: Professor Dr. Mário Carlos Beni. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 8(15), 1-6. Link
- Bobbio, N. (200). *A Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Braun, J. (2020, 26 FEV). Coronavírus já atingiu 117 países pelo mundo. *Revista Veja – Mundo*. Link
- Campelo Junior, A., Gouveia, A. C. L., & Tobler, R. (2020, 5 OUT). A difícil retomada após tombo: uma lupa sobre o setor de serviços durante a pandemia de Covid-19. *Blog do IBRE*. Link
- Castro, V. (2020, 15 ABR). PRT cria canal de divulgação para ação dos estados contra a Covid-19. *Observatório Nacional de Turismo*. Link

- Costa, F. (2020, 06 de setembro). Mesmo proibido Kalungas denunciam turismo no quilombo. *Mais Goiás*. Link
- Diogo, D. (2020, 20 MAR). Setor de turismo é um dos mais afetados pela crise do Covid-19. *Correio Braziliense*. Link
- Governo do Brasil. (2020, 26 FEV). Brasil confirma primeiro caso do novo Coronavírus. *Governo do Brasil*. Link
- Lamas, S. A., Silva, C. B. & Nascimento, E. D. (2020) Impactos da Covid-19 no trabalho do turismo no Brasil: perspectivas dos/as trabalhadores/as. Seminário Virtual: perspectivas e críticas sobre o trabalho no turismo. *Revista Turismo Estudos e Práticas*, 9(Dossiê Temático 2), 1-16. Link
- Ministério da Saúde (2020). *Boletim Epidemiológico 1*. Link
- Ministério da Saúde (2020). *Boletim Epidemiológico 3*. Link
- Ministério da Saúde (2020). *Sobre a doença*. Link
- Ministério do Turismo. (2020, 25 MAR). *Ministérios do Turismo e da Economia se reúnem com representantes dos agentes de viagens*. Link
- Ministério do Turismo. (2014, 27 MAI). *Turismo e segurança, uma relação virtuosa*. Link
- Organização Mundial de Saúde - OMS (2020). *Consejos actualizados de la OMS para el transporte internacional en relación con el brote de nuevo coronavirus 2019 – nCoV*. Link
- Organização Mundial do Turismo - OMT (1994). *Desenvolvimento do Turismo Sustentável: manual para organizadores locais*. Brasília: Organização Mundial do Turismo (OMT).
- Steil, J. (2020, 16 MAI). Após 15 dias de fim de semana com praias cheias, litoral tem aumento de casos e mortes por COVID-19. *G1 – Santos e Região*. Link
- TV Santa Cruz. (2020, 3 SET). Moradores de Caraíva, no Sul da Bahia, pedem suspensão do turismo após descumprimento de protocolo. *G1 Bahia*. Link

## NOTAS

- [i]Recuperado de: <[http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=215:programa-de-regionalizacao-do-turismo-acoes-unidades-federativas&catid=17&Itemid=121](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=215:programa-de-regionalizacao-do-turismo-acoes-unidades-federativas&catid=17&Itemid=121)>. Acesso 01 nov. 2020.
- [ii]Recuperado de: <<http://www.abav.com.br/>>. @abavnacional
- [iii]Ações conduzidas pela ABAV Nacional para o enfrentamento da crise da COVID-19.
- [iv]Agência de marketing.
- [v]Recuperado de: <<https://movimentosuperaturismo.com.br/>>
- [vi]Recuperado de: <<https://abrasei.com.br/>> @abrasei
- [vii]Guia prático - Coronavírus: como lidar com o problema em bares e restaurantes (E-book). Este é um restaurante responsável (E-book) – para orientar os estabelecimentos de alimentação.
- [viii]Recuperado de: <<https://www.redeabrasei.com.br/>>  
A Abrasei preparou um conjunto de displays de mesas e cartazes para que bares e restaurantes identifiquem o salão no momento de retomada.
- [ix]Recuperado de: <<https://abeoc.org.br/>>. @abeoc.org.br  
Recuperado de: <<https://www.redeabrasei.com.br/>>
- [x]Recuperado de: . @abeoc.org.br
- [xi]Recuperado de: .
- [xii]Recuperado de: .
- [xiii]Recuperado de: .

